

Vorcaro em Brasília amplia pressão por depoimento

Deputados também estão pedindo a convocação de Martha Graeff

Por Beatriz Matos

A chegada do banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, a Brasília reacendeu a pressão no Congresso para que ele preste depoimento nesta terça-feira (10). Preso preventivamente pela segunda vez na quarta-feira (4), na terceira fase da Operação Compliance Zero, o empresário foi transferido nesta sexta-feira (6) do interior de São Paulo para a Penitenciária Federal de Brasília, em decisão autorizada pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Vorcaro deixou o presídio de Potim por volta das 11h30 e foi escoltado pela Polícia Penal Federal em uma aeronave de pequeno porte da Polícia Federal (PF). A transferência ocorreu após pedido da própria PF, que alegou necessidade de garantir a integridade física do investigado e assegurar maior controle sobre sua custódia, diante da capacidade de articulação e influência atribuída ao banqueiro.

No presídio federal, a estrutura conta com 208 celas individuais, com cerca de seis metros quadrados. Antes de ser integrado ao regime normal da unidade, Vorcaro deverá permanecer 20 dias em isolamento, em uma cela



Reprodução/Polícia Penal

Vorcaro foi transferido para Brasília na sexta-feira

de nove metros quadrados, período padrão de adaptação para novos detentos.

No mesmo dia em que Vorcaro era transferido para Brasília, era confirmada a morte de Luiz Philipi Machado de Mourão, o "Sicário". Mourão foi preso junto com Vorcaro. Segundo o ministro do STF André Mendonça, ele comandava um núcleo da organização criminosa de Vorcaro que monitorava informações de adversários e, muitas vezes, os intimidava. Sicário tentou suicídio

em Belo Horizonte, onde estava preso, entrou em protocolo de morte cerebral e seu falecimento foi confirmado na sexta-feira.

Depoimento

Mesmo com a nova prisão, segue mantida a expectativa de que o empresário compareça à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado nesta terça-feira (10). O presidente do colegiado, senador Renan Calheiros (MDB-AL), avalia que a autorização concedida anteriormente

por Mendonça continua válida.

Segundo o parlamentar, a transferência para Brasília pode, inclusive, facilitar a audiência. "Do nosso ponto de vista, não mudou nada. A autorização já havia sido dada pelo ministro André Mendonça. Havia a questão do transporte de São Paulo para Brasília, mas agora ele já foi transferido", afirmou.

Calheiros também disse que a defesa de Vorcaro chegou a sinalizar interesse em que o banqueiro fosse ouvido pela comissão. Caso

a intenção seja mantida, o Senado poderá solicitar uma nova autorização ao Supremo em razão da mudança na natureza da prisão.

Nos bastidores do Congresso, o depoimento do dono do Banco Master é visto como peça central para o avanço das investigações sobre o escândalo financeiro que envolve a instituição.

Enquanto isso, a CPMI do INSS já recebeu documentos enviados pela Polícia Federal (PF) com quebras de sigilo bancário, fiscal e telemático do banqueiro. O presidente da comissão, senador Carlos Viana (Podemos-MG), pretende pedir revisão da decisão do Supremo para tornar o comparecimento obrigatório.

Na CPI do INSS, o deputado Kim Kataguiri (União-SP) apresentou requerimentos para ampliar o alcance das apurações. Um deles pede a convocação de Martha Graeff, então companheira de Vorcaro, apontada nas investigações como pessoa que teria conhecimento de encontros e contatos do banqueiro com autoridades.

Outro requerimento solicita que o ministro Alexandre de Moraes, do STF, seja convidado a prestar esclarecimentos sobre menções a interações com o empresário em mensagens interceptadas pela PF.

Mensagens desgastam Alexandre de Moraes

Valter Campanato/Agência Brasil

Por Beatriz Matos

A divulgação de trechos do material sigiloso extraído do celular do banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, provocou forte reação política em Brasília e colocou o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no centro de um novo desgaste institucional.

Entre os arquivos analisados pela Polícia Federal (PF) estão registros de anotações em bloco de notas que teriam sido transformadas em prints e enviadas por WhatsApp em modo de visualização única. Segundo relatos de investigadores ouvidos pela reportagem, há suspeitas de que Vorcaro utilizasse esse formato para se comunicar com autoridades.

Parte desses registros passou a ser associada a supostas mensagens enviadas ao ministro Alexandre de Moraes no dia 17 de novembro de 2025, data em que o empresário foi preso pela pri-

meira vez durante operação da PF no âmbito das investigações envolvendo o Banco Master.

O conteúdo, no entanto, ainda é alvo de controvérsia. O ministro nega ter recebido qualquer mensagem do banqueiro.

Em nota divulgada pelo Supremo Tribunal Federal, o gabinete de Moraes afirmou que uma análise técnica dos dados telemáticos de Vorcaro indicou que os registros de mensagens não correspondem aos contatos do ministro nos arquivos apreendidos.

Segundo o comunicado, os prints extraídos do celular do empresário estariam vinculados a outros contatos presentes em sua lista telefônica e não ao ministro do STF.

"O conteúdo extraído demonstra que as mensagens estão vinculadas a outros contatos telefônicos no computador de Daniel Vorcaro, jamais ao ministro Alexandre de Moraes", diz o texto.

Apesar da contestação, o ma-

terial que veio a público já provocou repercussões políticas relevantes e ampliou a pressão sobre o Supremo.

No Congresso, parlamentares passaram a defender que as revelações sejam aprofundadas em comissões parlamentares.

Relator da CPI do Crime Organizado, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) afirmou que as informações exigem investigação. "São fatos gravíssimos que exigem apuração rápida e transparente. Ao que tudo indica, nós temos relações, no mínimo, não republicanas entre ministros da Suprema Corte e um cidadão que hoje está preso e denunciado por fazer parte do crime organizado, com fraudes e golpes bilionários", declarou.

Na Câmara, o deputado Duarte Júnior (PSB-MA), vice-presidente da CPMI do INSS, afirmou que pretende levar o tema à comissão e avalia a apresentação de um convite para que Moraes preste esclarecimentos.



Moraes nega as conversas com Vorcaro atribuídas a ele